



A quem tem servido o Ensino Médio no Brasil: o debate sobre blocos no poder no período neoliberal

Whom Secondary Education in Brazil has served: the debate on power blocs in the neoliberal period

A quién ha servido la Educación Secundaria en Brasil: el debate sobre bloques de poder en el período neoliberal

Juliana Bicalho de Carvalho Barrios*
 <https://orcid.org/0000-0002-4331-5366>

Simone de Fátima Flach**
 <http://orcid.org/0000-0002-9445-0111>

Resumo: Derivado de pesquisa mais ampla e tendo como referencial epistemológico o marxismo evidenciado nos escritos de Poulantzas (1980, 1981, 2019), este texto apresenta discussões a respeito das facetas neoliberais que orientam a oferta do Ensino Médio no Brasil, de modo a explicitar a quem a educação na respectiva etapa tem servido. Para tanto, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, são apresentadas discussões sobre “blocos no poder” e “frações da burguesia”, no intuito de indicar a estruturação do neoliberalismo no Brasil e sua conseqüente influência nas políticas educacionais para o Ensino Médio, em diferentes governos (1994-2019). Ao final, indica-se que os governos do período não são idênticos, mas que existem mais pontos em comum do que divergências entre eles. Por isso, aponta-se que é crucial, dado o contexto político atual, que essas semelhanças sejam esclarecidas.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Educação. Políticas educacionais. Ensino Médio.

Abstract: Derived from broader research and using Marxism, as evidenced in the writings of Poulantzas (1980, 1981, 2019), as the epistemological reference, this text presents discussions about the neoliberal facets that guide the provision of Secondary Education in Brazil, in order to clarify whom education at this level has served. To this end, based on bibliographic and documentary research, discussions on “power blocs” and “fractions of the bourgeoisie” are presented, aiming to indicate the structuring of neoliberalism in Brazil and its consequent influence on education policies for Secondary Education across different governments (1994-2019). In the end, it is indicated that the governments of the period are not identical, but there are more points of commonality than points of differences among them. Therefore, it is emphasized that, given the current political context, it is crucial for these similarities to be clarified.

Keywords: Neoliberalism. Education. Education policies. Secondary Education.

* Instituto Federal do Paraná (IFPR), *campus* Astorga. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). *E-mail:* <juliana.barrios@ifpr.edu.br>.

** Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). *E-mail:* <eflach@uol.com.br>; <sfflach@uepg.br>.

Resumen: Derivado de una investigación más amplia y basado en el marxismo teniendo como marco epistemológico el marxismo como se evidencia en los escritos de Poulantzas (1980, 1981, 2019), este texto presenta discusiones a respecto de las facetas neoliberales que orientan la oferta de la Educación Secundaria en Brasil, de modo a explicar a quién ha servido la educación en la respectiva etapa. Para ello, a partir de una investigación bibliográfica y documental, son presentadas discusiones sobre “bloques en el poder” y “fracciones de la burguesía” con la intención de indicar la estructuración del neoliberalismo en Brasil y su consecuente influencia en las políticas educativas para la Educación Secundaria, en diferentes gobiernos (1994-2019). Al final, se indica que los gobiernos en este período no son idénticos, pero existen más puntos en común que diferencias entre ellos. Por ello, se señala que es crucial, dado el contexto político actual, que se aclaren estas similitudes.

Palabras clave: Neoliberalismo. Educación. Políticas Educativas. Educación Secundaria.

Introdução

A discussão sobre o neoliberalismo é complexa e contraditória. Complexa, pois, a adesão a esse modelo de desenvolvimento por parte dos países se manifesta de inúmeras e diferentes formas nas políticas econômicas e sociais. No contexto brasileiro que compreende os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff e o golpismo de Michel Temer aparelhado a Jair Messias Bolsonaro, estivemos localizados em diferentes pontos no espectro da política. Sob esse cenário, emerge também a contradição da discussão sobre o neoliberalismo no Brasil, sobretudo no campo da Educação. O fato de termos vivenciado governos situados em diferentes pontos no espectro da política não anula a adesão, por parte desses mesmos governos, ao modelo de desenvolvimento neoliberal. No entanto, revela-nos as diferentes facetas que o neoliberalismo pode manifestar.

Derivado de pesquisa mais ampla¹, que buscou demonstrar o contexto da construção da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017), o presente texto apresenta discussões a respeito da faceta neoliberal que orienta a oferta do Ensino Médio no Brasil. A partir do referencial teórico-epistemológico marxista, a pesquisa de tipo bibliográfica e documental apoiou-se nos conceitos de “bloco no poder” e “frações da burguesia” (Poulantzas, 1981) para analisar a estruturação do bloco no poder no período neoliberal no Brasil e sua consequente influência no campo das políticas educacionais para o Ensino Médio.

A utilização do termo “faceta neoliberal” se ancora nos estudos de Ruiz Nápoles (2012) realizados no contexto mexicano, quando o autor procurou demonstrar que, mesmo tendo os governos daquele país incorporado uma mesma teoria, o neoliberalismo, este foi manifestado/demonstrado de diferentes formas. Sob a perspectiva do autor, o termo foi apropriado nesta pesquisa visando analisarmos as diferentes nuances do neoliberalismo no caso brasileiro.

As contribuições de Poulantzas para a análise das políticas educacionais: os conceitos de “bloco no poder” e “frações da burguesia”

Considerar, *a priori*, os presidentes e seus respectivos ministros e/ou secretários como os possuidores do verdadeiro poder do Estado denota incompreensão de sua regulação no modelo

¹ Pesquisa de Doutorado em Educação realizada por Juliana Bicalho de Carvalho Barrios, primeira autora deste artigo, orientada pela Professora Simone de Fátima Flach, segunda autora, finalizada em 2023, resultando na tese intitulada *A construção da Lei nº 13.415/2017 sob a influência de frações da burguesia: as facetas políticas do neoliberalismo no Brasil e o Ensino Médio a partir do final da década de 1990*, a qual procurou demonstrar o contexto de construção da Lei nº 13.415/2017 sob a atuação dos governos de FHC, Lula, Dilma/Temer, evidenciando, também, a execução da Lei sob a gestão de Bolsonaro (Barrios, 2023).

de produção capitalista. Pouco se pode dizer sobre as decisões do Poder Executivo sem examinar os nexos que ligam o Estado às frações de classes dominantes que ocupam o “Bloco no Poder”. Por isso, a discussão sobre blocos no poder se mostra imprescindível para a compreensão sobre a influência das frações da burguesia presentes no centro de cada bloco. Sob a óptica de Poulantzas (1981, p. 91, 177), o Estado, como uma “condensação material de uma relação de forças”, tem sua “ossatura” definida pelos interesses do “Bloco no Poder”, que tem sua hegemonia ideologicamente sustentada na sociedade civil pelas “Classes-Apoio do Bloco no Poder”. Nesse sentido, Poulantzas (1981, p. 91) conceitua:

Por Bloco no Poder, entendo as classes e frações de classe que ocupam o espaço da dominação política, quer dizer a ou as classes e frações dominantes. Em contrapartida, aquelas classes, entre as classes dominadas, que têm uma função particular em relação ao bloco no poder, quer dizer as que apoiam muito claramente o poder do bloco de poder, já anteriormente as designei por um termo particular: Classes-Apoio do Bloco no poder, quer dizer muitas vezes, a pequena-burguesia. Quando falo de Bloco no Poder, não me refiro ao conjunto das camadas que apoiam o poder de Estado, refiro as que participam no espaço da dominação política, portanto aquelas que têm áreas de poder próprias no seio do aparelho de Estado.

A partir da reflexão apresentada acima, é possível inferirmos que, no caso brasileiro, as “facetas políticas do neoliberalismo” (Ruiz Nápoles, 2012) são desenvolvidas de acordo com o movimento de valorização de específicas “frações” da burguesia no interior do “bloco no poder” (Poulantzas, 1981, p. 91). Sob a óptica poulantziana, a burguesia – que integra e estrutura o “bloco no poder” – se subdivide de acordo com os seus interesses de atuação, isto é, os setores da economia aos quais pertencem². A valorização desses setores, por sua vez, determinará a “posição” que a fração burguesa vinculada a ele ocupará no interior do bloco. Assim, quanto maior a valorização do setor, melhor a posição ocupada pela fração a ele vinculada, e essa valorização depende, em grande parte, do movimento da economia, da atuação política e do Estado.

Nessa acepção, Barrios (2023) propõe o entendimento do desenvolvimento das “facetas políticas do neoliberalismo” a partir da identificação das frações da burguesia existentes no Brasil e do movimento de valorização do setor econômico ao qual elas necessariamente estão vinculadas. Essa perspectiva de reflexão proposta pela autora surge da inquietação com a ausência de pesquisas no campo das políticas educacionais que utilizam os estudos de Poulantzas, sobretudo o conceito de “frações da burguesia” e “bloco no poder”. Nesse sentido, Barrios (2023) busca fortalecer, no campo das políticas educacionais, a compreensão das principais frações, entre a classe burguesa, com importante influência na educação brasileira.

As políticas governamentais podem possibilitar, mais ou menos, o crescimento de diferentes setores da economia, conforme a influência e/ou poder exercido no campo da dominação política. O crescimento da economia é responsável por desenvolver a valorização da posição ocupada no interior do “bloco no poder” (Poulantzas, 1981, p. 91) pela fração específica da burguesia vinculada ao setor que teve crescimento. Por sua vez, ocupando posição valorizada no interior do bloco no poder, o projeto pedagógico dessa fração passa a ter maior força e influência na sociedade, sobretudo quando ocorre a adesão governamental aos seus pressupostos.

Trazendo essa discussão para a área da Educação, especificamente, para o campo da análise de políticas educacionais para o Ensino Médio, identificamos que a construção da Lei nº 13.415/2017 se deu a partir de diferentes “facetas políticas neoliberais” que foram desenvolvidas no Brasil a partir do final da década de 1990, conforme o neoliberalismo foi adentrando e se fortalecendo nos espaços econômico, social e político brasileiro. Tomando como referência a

² Por exemplo, a fração industrial da burguesia está diretamente vinculada ao setor da indústria.

construção de um edifício que vai se fortalecendo e solidificando na medida que são assentados tijolos, consideramos que a influência dessas “facetas políticas neoliberais” ao longo desses anos, resultou em “tijolos” que foram responsáveis por estruturarem, atualmente, a Lei nº 13.415/2017.

Considerando, portanto, as ações por parte das frações da burguesia que constituem o Bloco no Poder na estruturação do Ensino Médio, o objetivo do presente texto é explicitar a quem a educação na respectiva etapa tem servido. Nos anos finais da década de 1990, a agenda política brasileira absorveu pressupostos e se estruturou sob a égide da perspectiva neoliberal. No percurso temporal que compreende as gestões de FHC, iniciadas em 1994, até o término da gestão de Jair Messias Bolsonaro, em 2022, não houve ações efetivas pelo rompimento com esse modelo de desenvolvimento. No entanto, a estrutura neoliberal foi incorporada à sociedade brasileira com importantes diferenças no período em questão.

O referencial teórico que orienta a discussão sobre neoliberalismo é o marxismo, especialmente a partir das reflexões propostas por Poulantzas (2019), que aborda as relações entre poder político e classes sociais. Esse autor desenvolveu uma teoria que analisa os interesses específicos em uma mesma classe, e compreende a sua movimentação interna em um espaço próprio da burguesia, que é hierarquicamente organizado a partir da valorização dos interesses específicos de seus subgrupos, sistematizando conceitos de “frações da burguesia” e “bloco no poder” (Poulantzas, 2019), os quais foram apropriados para a análise da realidade brasileira.

Sob a luz da teoria Poulantziana, é possível compreendermos que as diferenças na forma com que o neoliberalismo foi executado no Brasil, a qual denominamos de “facetas políticas neoliberais”, ocorreram principalmente devido às movimentações nas posições que as diferentes frações da burguesia ocuparam no interior do bloco no poder a partir do final da década de 1990. Boito Jr. e Berringer (2013) e Chauí (2020) entendem que a movimentação de específicas frações da burguesia desde 1990 até hoje foi mais ou menos impulsionada pela agenda econômica que passou a ter maior influência no contexto nacional.

A quem o Ensino Médio tem servido?

A partir da análise das características do neoliberalismo, especialmente no que diz respeito às políticas educacionais para o Ensino Médio, chegamos à denominação dos diferentes modos de implementação desse modelo de desenvolvimento da seguinte maneira: durante o governo de FHC, observamos um “autoritarismo civil de base presidencialista”; na gestão de Lula, identificamos um “pêndulo da conciliação de classes”; já nos períodos de Dilma e Temer, notamos um “acirramento de conflitos no interior do bloco no poder” (Barrios, 2023).

É importante destacarmos que Dilma e Temer se unificaram no governo por meio de uma mesma chapa. Ainda que, após o Golpe de Estado de 2016, Temer tenha ocupado o cargo de Presidente da República, a denominação de “acirramento de conflitos no interior do bloco no poder” sintetiza a forma como o neoliberalismo foi incorporado à política brasileira no respectivo período. Optamos por não definir com uma denominação uma faceta para o neoliberalismo que esteve atrelado ao governo Bolsonaro, devido ao distanciamento ainda insuficiente do período, visto que a pesquisa que originou o presente artigo foi finalizada no início de 2023.

Na ocasião do Golpe de Estado que, dentre outros desastres sociais, resultou na Medida Provisória (MP) nº 746, de 22 de setembro de 2016 (Brasil, 2016), a qual, futuramente, se tornou a Lei nº 13.415/2017, muito se criticava o governo Temer por sua suposta criação do “novo” Ensino Médio sob os termos colocados na Lei. No que se refere especificamente à perspectiva de Ensino Médio alvo de crítica naquele momento, é possível indicarmos proximidades entre a Lei nº

13.415/2017 e certas políticas educacionais implementadas anteriormente na etapa sob o viés neoliberal.

O incentivo que o governo Lula (2003 a 2011), com continuidade no governo Dilma, deu à burguesia possibilitou que essa classe pudesse pensar a educação brasileira de modo a interferir de maneira destrutiva na formação da classe trabalhadora, visto que a oferta educacional se vinculou aos interesses neoliberais de forma contundente do país. A classe trabalhadora, mesmo em meio à resistência da parte dos movimentos sociais, tornou-se a principal vítima da onipresença injustificada das diferentes organizações da burguesia nas escolas públicas do país, aglomeradas principalmente em torno do Movimento “Todos pela Educação”³.

Desde o momento em que o Brasil passou a integrar a agenda global do neoliberalismo, consolidando sua posição na periferia do capitalismo, não se pode afirmar que algum governo tenha efetivamente buscado romper com esse modelo de desenvolvimento. No contexto educacional, observamos distintas abordagens na gestão do neoliberalismo no país, refletindo em políticas públicas sociais variadas. Essas diferenças tiveram impactos significativos na vida da população brasileira, determinando o grau de nocividade do neoliberalismo em cada período. Em todos os governos mencionados, os trabalhadores permaneceram em uma condição de classe oprimida, experimentando os efeitos da dominação burguesa de maneiras diversas.

A democracia limitada, estabelecida como padrão de funcionamento do Estado brasileiro pelo autoritarismo civil de base presidencialista de FHC, colocou a educação no centro das “cruzadas reformistas” (Silva Júnior, 2002). Tendo como foco o currículo segregado, as políticas educacionais para o Ensino Médio passaram a ter um papel ainda mais importante na subordinação ideológica das massas brasileiras (Saes, 1996).

Talvez seja por meio do governo FHC que consigamos de forma mais didática explicar a gravidade da não ruptura com o neoliberalismo da parte dos governos posteriores, sobretudo daqueles que se diziam ser “dos trabalhadores”. Saes (1996) explica que, na perspectiva da luta de classes, é impossível alcançar, no capitalismo, uma democracia plena, pois uma democracia plena fere os princípios que visam a acumulação do capital pela burguesia.

Sendo um modelo de desenvolvimento do capitalismo, o neoliberalismo manifesta-se e produz variadas formas de executar uma democracia limitada, visto ser um mecanismo de autopreservação do capitalismo. No Brasil, a democracia limitada surge como resultado de ações do neoliberalismo, especificamente em seu exercício de orientação, como teoria econômica, de políticas baseadas no capitalismo. Nesse sentido, as variadas formas de executar uma democracia limitada incorporam mais ou menos os princípios neoliberais, demonstrando, assim, as diferentes facetas de um mesmo modelo de desenvolvimento que, por sua vez, sempre estará baseado no capitalismo.

É importante destacarmos que FHC assumiu o poder sendo eleito pelo povo brasileiro, por meio de uma eleição democrática. Com o retorno à democracia no Brasil após a ditadura militar, o *impeachment* de Fernando Collor, os princípios de uma sociedade mais igualitária estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e o crescente protagonismo dos movimentos sociais, o governo de FHC adotou o autoritarismo civil de base presidencialista como uma maneira de impedir qualquer potencial ruptura, não com o sistema democrático, mas, sim, com o

³ O Movimento Todos Pela Educação, estabelecido em 2006, é uma iniciativa da sociedade civil brasileira que busca, supostamente, promover aprimoramentos na qualidade da educação nacional. Envolve uma ampla gama de participantes, como empresários, educadores, gestores públicos, acadêmicos e representantes de organizações não governamentais. Vale ressaltarmos que o Movimento Todos Pela Educação foi impulsionado durante o governo Lula e ganhou relevância e influência ao longo das gestões subsequentes.

neoliberalismo. Uma ruptura motivada pelo povo, naquele momento, talvez representasse a experiência mais próxima de uma democracia de fato.

A partir de Saes (1996), é possível inferirmos que o autoritarismo civil de base presidencialista de FHC possibilitou com que não ocorresse uma redefinição radical da hegemonia, impedindo uma possível dissolução do bloco no poder. Ocorreu, no entanto, uma nova forma de executar essa mesma hegemonia no interior do bloco. Foi uma redefinição do modo de exercício, mas não do exercício em si. Em outras palavras, foi uma redefinição do modo como o neoliberalismo passou a ser executado, mas não do neoliberalismo em si. Essa foi a forma que o bloco no poder do Brasil encontrou para que o poderoso movimento popular na época não tivesse força suficiente para contestar a hegemonia, pois uma possível ruptura institucional não beneficiaria a classe dominante.

Desde então, todos os governos se organizaram em torno de uma forma de democracia limitada. As diferentes manifestações dessa democracia limitada no Brasil variaram em seu grau de aderência à teoria econômica do neoliberalismo, e, por isso, representam diferentes facetas desse modelo. Como exemplificado por FHC, a democracia limitada funciona como um mecanismo para silenciar o povo, reduzir seu poder e submetê-lo a uma posição de subserviência ao capitalismo. No contexto da democracia brasileira, o neoliberalismo depende da limitação dessa democracia para continuar perpetuando seus padrões de desenvolvimento na sociedade brasileira.

A democracia limitada é uma variante da democracia capitalista, e a limitação dessa democracia no Brasil é o que dá sustentação às facetas do neoliberalismo aqui desenvolvidas. Ao mesmo tempo em que a limitação da democracia é uma espécie de sobrevivência do processo de militarização do Estado brasileiro, no qual as forças armadas mantêm ainda hoje “[...] importante presença no conjunto do Aparelho do Estado brasileiro” (Saes, 1996, p. 141), ela também é instrumentalizada pelas frações da classe dominante que, a partir de seu poder no interior do bloco no poder, organizam ativamente a sua hegemonia na política. Sob tal assertiva, é possível afirmar que o fim do “[...] golpe militar de 1964 abriu caminho para o estabelecimento da hegemonia, no seio do bloco no poder, de uma rede de múltiplos interesses monopolistas” (Saes, 1996, p. 41).

Em substituição da dominação militar do aparelho estatal, a democracia limitada manifesta a presença do bloco no poder no Estado, de modo que, desde 1988, tem servido concretamente ao arranjo do sistema de interesses monopolistas. Em outras palavras, o formato institucional não se constituiu, até agora, como obstáculo à formação de governos cuja política é prioritariamente orientada pelos interesses do capital financeiro (Saes, 1996).

Os efeitos do pacto entre governos limitadamente democráticos e a burguesia podem ser sentidos de modo pernicioso pelos trabalhadores. No recorte da história brasileira que contempla o pêndulo da suposta tentativa de conciliação dos interesses das classes do governo Lula, a burguesia recebeu incentivo sem precedentes para pensar e articular a educação em seus diferentes níveis. De modo concomitante, também naquele momento, por meio de específicas políticas públicas sociais, grande parte da população passou às políticas sociais que garantiam, minimamente o acesso a questões básicas para a sobrevivência: alimentação, moradia, saneamento básico, entre outros.

A burguesia seguiu orquestrando a educação brasileira no governo Dilma, sobretudo a fração industrial, com a posição favorável que o Sistema S⁴ passou a ter no então governo por meio

⁴ Fazem parte do Sistema S entidades como: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Social da Indústria (Sesi) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>. Acesso em: 31 jul. 2024.

dos programas desenvolvidos. O resultado observado no período governamental da Presidente Dilma foi o acirramento dos conflitos no interior do bloco no poder, de modo que o golpe de Estado escancarado se tornou objeto midiático em rede nacional, em pleno ano de 2016.

Vinte anos antes da eclosão do golpe de Estado de 2016, sem ter ainda qualquer indício de um golpe em um horizonte próximo, com um tom que hoje soa premonitório, Saes (1996) analisou que o formato institucional da democracia limitada não tinha sido, até então, obstáculo para a formação de governos que prioritariamente buscavam atender aos interesses do capital financeiro. As bases do Golpe de Estado de 2016 se constituíram como reação de frações da burguesia que seriam diretamente impactadas por uma suposta tentativa de retomada de um desenvolvimento mais voltado ao contexto nacional, em detrimento do atendimento prioritário do capital financeiro internacional.

A faceta neoliberal adotada pelo governo Dilma não conseguiu restringir a democracia de maneira satisfatória para a burguesia, tampouco atender plenamente aos seus interesses. O golpe de Estado de 2016 é um reflexo desse descontentamento. Embora a presidente Dilma tenha alinhado o Ensino Médio ao neoliberalismo, na visão da classe dominante, em outras áreas do governo, não houve a adoção de uma postura suficientemente neoliberal.

Em meio aos demais governos neoliberais, o governo de Dilma Rousseff se destaca, pois a reforma do Ensino Médio foi inicialmente concebida durante o seu primeiro mandato. Ainda que não tenha havido a aprovação de Leis que regulamentassem a reforma durante o período, ao explanar sobre pretendidas mudanças na etapa, o governo não se poupou do discurso neoliberal. Destacamos ainda que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi gestada durante o governo de Dilma, e a reforma do Ensino Médio tem como um de seus pilares estruturantes a BNCC. A BNCC para o Ensino Médio remodela a etapa, por meio do esvaziamento curricular, aos novos interesses de frações da burguesia brasileira, no contexto da precarização e informalização do trabalho.

Como em um jogo de cabo de guerra, tanto a BNCC quanto a proposta de reformar o Ensino Médio sob o discurso neoliberal demonstram que, no campo da Educação, o governo Dilma pendeu para o lado da classe dominante. No entanto, o espaço que a burguesia teve para articular as políticas educacionais para o Ensino Médio é parte da herança deixada pelo governo Lula.

As ações ocorridas durante o governo Lula possibilitaram a valorização da posição ocupada pela fração industrial da burguesia no interior do bloco no poder. Embora responsável pela criação dos Institutos Federais, considerado um dos melhores projetos de educação profissional integrada ao Ensino Médio, de modo concomitante, aquele governo decretou a gratuidade de até 66,6% dos cursos oferecidos pelo Sistema S, objetivando atender especialmente a população jovem. Os cursos passaram então a acontecer a partir da transferência de recursos públicos a uma entidade privada, intrinsecamente vinculada à indústria, e que atende aos interesses da fração da burguesia desse setor. Nesse contexto, é preciso questionar: A quem interessa essa formação?

As análises da oferta educativa nos governos do Partido dos Trabalhadores demonstram que, com pontuais diferenças, possibilitaram a ampliação do acesso à formação nos diferentes níveis do ensino público e modalidades da Educação Básica, desconstruindo a ideia de oferta pública de serviço. Com exceção da oferta nos Institutos Federais, a formação profissional no Ensino Médio foi viabilizada pelos respectivos governos via setor privado com projetos de grande dimensão financeira. É preciso destacarmos que projetos com substanciais financiamentos públicos poderiam ter sido implementados diretamente no setor público, tanto com a criação de novas escolas federais, quanto com a viabilização de políticas de Estado e até mesmo de governo

que, por meio de repasse financeiro da União aos estados e municípios, pudessem viabilizar essa formação em órgãos públicos.

No entanto, os governos Lula e Dilma desenvolveram suas políticas públicas educativas, em grande parte, em parceria com o setor privado. A concepção de educação como um “bem-público” norteou o fomento, por parte dos governos petistas, pela oferta da educação tanto em instituições públicas quanto privadas. Sendo a educação um “bem-público”, aqueles que possibilitam a sua oferta podem usufruir dos recursos públicos. Essa também foi a base norteadora das políticas públicas educativas adotada por FHC (Lima, 2007).

A educação deve ser um “bem-público”, de modo que todos aqueles que desejarem estudar seja garantido o acesso à escola/universidade com condições reais de permanência. No entanto, a ideia de “bem-público” que tem balizado as políticas dos governos neoliberais nos últimos anos tem se apropriado de dinheiro público para fins de interesses privados. A educação como um “bem-público” nas políticas públicas educativas para o Ensino Médio, em parceria com as instituições privadas – e aqui se enquadram desde o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997 (Brasil, 1997), à própria Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), passando pela BNCC, pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e pelo Sistema S –, tem sido responsável pela produção de um exército de reserva para a burguesia. Nessa perspectiva, há um movimento no qual, dependendo da valorização de determinado setor da economia, a fração da burguesia a ele vinculada passa a ter maior influência nas políticas educacionais para o Ensino Médio.

O capital financeiro e a indústria: as frações burguesas com maior influência no Ensino Médio brasileiro

As análises indicam que, nos governos neoliberais, duas frações se destacam no Brasil: a do capital financeiro e a da indústria. Por isso, não é aleatório o fato de que as principais políticas para o Ensino Médio foram articuladas junto aos governos, principalmente por bancos e grandes companhias do setor industrial.

Em seus escritos, Poulantzas (1981) insistiu que, no capitalismo, o Estado possibilita a influência e a dominação da burguesia, auxiliando no desenvolvimento e na manutenção de sua hegemonia. O Estado organiza tanto os interesses gerais da burguesia, como classe, quanto os interesses de uma fração específica, frente aos interesses das demais frações dessa classe. Nesse contexto, Poulantzas (1980, p. 31) identifica uma “autonomia relativa do Estado”, conceito que sustenta, dentro da perspectiva marxista, o papel do Estado na qualidade de articulador da hegemonia de específicas frações da burguesia.

Segundo as análises de Boito Jr. (2016), o Estado, sob o governo de FHC, possibilitou a hegemonia do grande capital financeiro, nacional e internacional, no Brasil e, conseqüentemente, a valorização da posição ocupada no interior do bloco no poder pela fração da burguesia que lhe dá sustentação. Em pesquisas subsequentes, Boito Jr. (2021) demonstrou que essa hegemonia tem sido preservada no país. No balanço geral da análise das políticas, o mesmo autor identificou uma possível tentativa, por parte do governo Dilma, da desconstrução da posição ocupada no interior do bloco no poder pela fração da burguesia vinculada ao grande capital financeiro. Tal tentativa teve como consequência o Golpe de Estado de 2016.

Ainda que tenhamos a hegemonia do grande capital financeiro, o governo Lula possibilitou, por meio de suas políticas, o desenvolvimento do setor industrial no Brasil que, conseqüentemente, concedeu uma melhor posição no interior do bloco no poder à fração que se vincula a esse setor. Isso, em face à financeirização e hiperinflação no Brasil, foi responsável também por fortalecer

ainda mais o grande capital financeiro (Alves, 2023). Nessa perspectiva, conforme sustenta Boito Jr. (2016, p. 238), a valorização do setor industrial, como consequência, alterou também a “[...] relação do Estado brasileiro com a burguesia”, no sentido de valorização dos interesses particulares dessa fração de classe no aparelho Estatal.

Boito Jr. (2016) tem demonstrado que parte da fração industrial da burguesia está organizada dentro da burguesia interna, aquela que se aproxima mais dos interesses de desenvolvimento com foco no contexto nacional. O Golpe de Estado de 2016 e as consequentes ações antidemocráticas dele decorrentes alteraram o contexto de valorização da parcela da fração industrial que compõe a burguesia interna, reativando a integração subalterna no capitalismo global, a partir do realinhamento a uma outra faceta do neoliberalismo (Alves, 2023).

O ataque aos governos neodesenvolvimentistas impactou diretamente a classe trabalhadora, pois a inclusão social foi duramente atacada após 2016. A construção do projeto de crescimento nacional, da parte dos governos petistas, ainda que dentro dos limites do capitalismo, com políticas públicas sendo sistematicamente orientadas pelo neoliberalismo, previa sempre a inclusão social. Nesse sentido, o governo Temer nos levou de volta para o passado, subalternizando, novamente, o desenvolvimento do Brasil “[...] sob a hegemonia rentista-parasitária e com apoio do setor agro-industrial-exportador – um clone dos latifundiários burgueses do século passado e da velha burguesia industrial decadente” (Alves, 2023, p. 142). Finalizando, com o desmonte efetivamente da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da Constituição de 1988, a “[...] tarefa histórica iniciada há pouco mais de cinquenta anos” (Alves, 2023, p. 142), que outrora coube aos militares no golpe de 1964.

A partir das contribuições de Poulantzas (2019), no que se refere a uma visão atualizada da forma de abordagem marxista acerca do Estado e das classes sociais frente às mudanças sociais, é possível afirmarmos que o Ensino Médio no Brasil tem servido ao grande capital financeiro nacional e internacional e à indústria⁵ - haja vista o espaço concedido às frações da burguesia vinculadas aos respectivos setores para pensar, articular e elaborar políticas educacionais para a etapa, frente à valorização de suas posições no interior do bloco no poder no neoliberalismo.

No entanto, Poulantzas (2019) também destaca que o Estado condensa e expressa as relações sociais advindas da luta de classes. Luta de classes que, no plural, prevê a participação de dois lados em uma disputa. Ainda que haja uma classe dominante, há espaço para a classe trabalhadora contestar o *status quo* do bloco no poder. Assim como há mecanismos que, por serem emanados do Estado, têm um papel fundamental na desconstrução da hegemonia burguesa. A educação é um deles.

Considerações finais

Desde o início de seu governo, FHC esteve comprometido em alinhar o Ensino Médio aos princípios de desenvolvimento econômico defendidos pela burguesia, os quais foram incorporados no Decreto nº 2.208/1997, que, consequentemente, produziu a privatização indireta do Ensino Médio. Metaforicamente, FHC convidou a burguesia para entrar e se sentar, deixando o ambiente confortável para a burguesia estar, sobretudo a fração vinculada ao mercado financeiro.

Com a eleição de Lula, representante do Partido dos Trabalhadores, naturalmente surgiu a expectativa de avanços para a classe trabalhadora, alguns dos quais foram alcançados de fato. No

⁵ Ainda que tenhamos identificado uma “repartição” dessa fração na história política brasileira, destacamos que os interesses específicos das frações nunca se sobreporão aos interesses como classe dominante.

entanto, a estreita aliança de Lula com a burguesia, especialmente no campo da Educação, possivelmente foi ainda mais robusta do que a aliança de FHC com essa classe dominante, evidenciando que não há uma dinâmica de “pêndulo” no capitalismo. Em outras palavras, é difícil conciliar interesses opostos. Apesar dos avanços significativos, a lógica do “pêndulo” limitou-se à perspectiva burguesa ao planejar e organizar a educação dos trabalhadores brasileiros. Usando a metáfora, o ambiente que já era favorável para a burguesia durante o governo FHC tornou-se ainda mais propício com o governo Lula. A abordagem do Partido dos Trabalhadores ampliou a sensação de conforto para a fração ligada ao mercado financeiro e, agora, também para a fração industrial da burguesia.

Dando continuidade à preservação do ambiente brasileiro favorável à classe dominante, ao assumir o poder, metaforicamente, Dilma ofereceu um cafezinho à burguesia. Com posições valorizadas no interior do bloco no poder, a fração industrial e a vinculada ao mercado financeiro tiveram suas proposições para o Ensino Médio materializadas, inicialmente, no Pronatec e na BNCC. Esta última, por sua vez, constituiu-se como uma importante força para a dita reforma da etapa. O acirramento dos conflitos no interior do bloco no poder, manifestado pelo descompasso do atendimento dos interesses – da parte do então governo – de específicas frações que compunham o bloco, fez o “café esfriar”. E, assim, Dilma caiu – ou melhor – foi derrubada.

Neste momento, um outro café passou a ser servido à burguesia: “novo”, quente, mais aromático, cuja acidez tinha potencial para agradar a todos os paladares burgueses. Nesse contexto, Temer e específicas frações da burguesia participaram do Golpe de Estado de 2016, que, naquele momento, foi responsável por agrupar e, principalmente, radicalizar, na MP nº 746/2016, princípios de uma formação para o Ensino Médio que vinham sendo construídos desde o governo FHC, passando também por Lula e Dilma.

Queremos ressaltar que não afirmamos que todos os governos são idênticos; de fato, existem diferenças significativas entre eles, como evidenciamos ao longo desta análise. No entanto, buscamos mostrar que talvez haja mais pontos em comum do que divergências entre os governos mencionados. É crucial, dado o contexto político atual, que essas semelhanças sejam esclarecidas.

Dentre as facetas políticas do neoliberalismo aqui destacadas, o mesmo neoliberalismo aparece com diferentes nuances. E são essas nuances que o diferencia nos governos. As nuances possibilitam que ora tenhamos facetas políticas neoliberais mais “sociais”, que, ainda de modo muito insuficiente, buscam atender às questões básicas na sociedade: alimentação, saúde, educação, moradia etc., ora tenhamos facetas políticas neoliberais mais radicais que colocam em risco a preservação da própria vida humana.

Por fim, a maior semelhança entre as diferentes facetas neoliberais no período analisado é a busca pelo lucro, a todo e qualquer custo. Nessa perspectiva, o lucro torna-se o norte do desenvolvimento e, conseqüentemente, a argamassa que dá sustentação aos “tijolos” para a solidificação e manutenção da lógica neoliberal. Nesse contexto, só os trabalhadores perdem.

Referências

ALVES, G. Reforma trabalhista, modernização catastrófica e a miséria da república brasileira. **Blog da Boitempo**, Campinas, 27 mar. 2023. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/03/27/reforma-trabalhista-modernizacao-catastrofica-e-a-miseria-da-republica-brasileira/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BARRIOS, J. **A construção da Lei nº 13.415/2017 sob a influência de frações da burguesia: as facetas políticas do neoliberalismo no Brasil e o Ensino Médio a partir do final da década de 1990.** 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023.

BOITO JR., A. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, v. 42, p. 155-162, 2016.

BOITO JR., A. O caminho brasileiro para o fascismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, e021009, p. 1-23, 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.35578>

BOITO JR., A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 47. p. 31-39, set. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000300004>

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 274, p. 7760-7761, 18 abr. 1997.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: edição extra, seção 1, Brasília, DF, n. 184-A, p. 1-2, 23 set. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis N^{os} 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 35, p. 1-3, 17 fev. 2017.

CHAUÍ, M. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e Irrupción**, [s. l.], v. 10, n. 18, p. 307-328, maio/out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.62174/aci.5434>

LIMA, K. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula.** São Paulo: Xamã, 2007.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

POULANTZAS, N. O Estado, o poder e nós. *In*: BALIBAR, E.; POULANTZAS, N. **O Estado em discussão.** Lisboa: Edições 70, 1981. p. 79-84.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais.** Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

RUIZ NÁPOLES, P. Una visión sobre las facetas políticas del neoliberalismo económico en México. **Andamios**, Ciudad de México, v. 9, n. 19, p. 393-396, maio/ago. 2012.

SAES, D. Democracia e Capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas. **Revista de Sociologia e Política**, São Paulo, n. 6, v. 7, p. 129-147, 1996.

SILVA JÚNIOR, J. dos R. Mudanças estruturais no capitalismo e a política educacional do governo FHC: o caso do Ensino Médio. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 201-233, set. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000011>

Recebido em: 02/05/2024

Versão corrigida recebida em 24/07/2024

Aceito em 25/07/2024

Publicado online em 02/08/2024